

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/05/2014 a 31/05/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Programa de apoio a hortigranjeiros está parado. Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 13/05/2014.....	3
Debate sobre melhorias para o Crédito Fundiário é destaque em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/05/2014	4
Chamada pública vai beneficiar três mil familiares do Crédito Fundiário no RS – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2014	5
Pronaf auxilia agricultores a consolidar empreendimentos familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2014	6
Crédito para agricultura familiar será 14,7% maior na safra 2014/2015 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/05/2014	7
Governo Federal lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/05/2014	8
PI: Inkra e parceiros discutem renegociação dos débitos do Pronaf – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/05/2014	9

Programa de apoio a hortigranjeiros está parado. Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 13/05/2014

Prohort, criado pelo governo em 2005 para incentivar pequenos produtores rurais e a agricultura familiar, recebeu recursos pela última vez em 2011

BRASÍLIA - O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), criado em 2005 para incentivar principalmente pequenos produtores rurais e a agricultura familiar na cultura de itens básicos como tomate, batata, frutas e hortaliças, foi praticamente abandonado pelo governo. O último repasse para o programa, de R\$ 400 mil, ocorreu em 2011, por meio do Plano Plurianual (PPA).

Desde então, a falta de recursos para o programa, administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é, segundo especialistas, mais um fator de estímulo à disparada nos preços dos alimentos, que tem sido causada principalmente pelos efeitos de problemas climáticos.

"Se não houver investimento para o produtor, que não tem recursos próprios para enfrentar as intempéries, não há como se proteger de oscilações de preços", afirma o gerente do Prohort, Newton Araújo Silva Júnior.

A título de comparação, o Programa Safra de Agricultura Familiar (Pronaf) destinou R\$ 16 bilhões aos produtores na colheita 2010/2011. Para o agronegócio, em 2011/2012, o Plano Agrícola e Pecuário contou com R\$ 107,21 bilhões, em financiamentos a juros mais baixos.

De 2011 para 2013, o peso dos produtos hortigranjeiros no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 0,11 ponto para 0,27 ponto porcentual. O salto contribuiu para elevar a pressão do grupo alimentos e bebidas sobre índice geral, no qual encerrou 2013 com uma participação total de 2,03 pontos, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA terminou o ano passado em 5,91%, enquanto os alimentos fecharam com alta acumulada de 8,48%. "Os preços dos alimentos vêm aumentando de forma expressiva nos últimos anos e, embora o resultado de 2013 tenha mostrado certo recuo em relação aos 9,86% de 2012, foi (o item) alimentação e bebidas que apresentou a maior alta de grupo (analisado pelo IBGE) e exerceu o mais forte impacto no IPCA do ano", registrou o IBGE no relatório do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC).

Sem recursos. Responsável pela execução do Prohort, Silva Júnior afirma que, a partir de 2011, o governo reservou recursos para o programa por meio do Ministério da Agricultura. O dinheiro, contudo, não chegou. "Existe rubrica, mas não foi consignado nenhum tostão", diz.

O presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, conta que técnicos da estatal estiveram no Ministério da Fazenda no último dia 7 para apresentar o programa e tentar convencer a área econômica do governo a destinar recursos para o Prohort no orçamento federal. "Apresentamos ao Ministério da Fazenda o que fazemos e estamos

aguardando recursos para fomentar o programa. Eles gostaram muito do que foi apresentado", afirma.

O coordenador do Prohort diz que a falta de aporte de recursos federais dificulta a construção de áreas de exposição e vendas, armazéns, estufas e o mapeamento logístico para dinamizar a distribuição.

Debate sobre melhorias para o Crédito Fundiário é destaque em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/05/2014

A aprovação do Projeto de Lei (PL) 362 - que permite melhorias para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) -, o balanço das renegociações e capacitação de jovens para acessar o programa. Esses foram os principais temas da 22ª Reunião do Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário, nesta terça-feira (13), em Brasília.

“Este encontro marca o início das discussões dos novos aprimoramentos no PNCF, com a possibilidade de revisão dos tetos e prazos. São mudanças essenciais, mas que só se tornaram possíveis a partir da aprovação do PL 362”, avaliou o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) e coordenador do Comitê, Adhemar Almeida.

Na abertura, o secretário apresentou a pauta aos membros do Comitê, ressaltando a aprovação do PL 362, cujas deliberações são de fundamental importância para a agricultura familiar. Ele também destacou a presença dos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no encontro.

Foram apresentadas as propostas de duas novas linhas do PNCF, surgidas a partir da aprovação do texto legal, que quando instituídas vão atender aos agricultores familiares que até então não se enquadravam nos parâmetros do programa.

A primeira foi a CAF Coop, voltada para agricultores familiares cooperados, com pouca terra ou que ainda não possuem uma propriedade. A segunda foi a CAF Mais, que tem o teto de financiamento adequado às especificidades regionais, principalmente nos estados onde o mercado de terras indica um valor médio acima do previsto no PNCF. Ambas as linhas ainda estão na fase de estudos e debates.

Com a possibilidade de ampliação do prazo de financiamento do PNCF em 35 anos, também prevista no PL 362, foi apresentada aos membros do Comitê uma proposta de ampliação dos tetos de financiamento para o crédito fundiário.

A prorrogação dos prazos da Renegociação, aprovada recentemente pela Resolução Nº 4323, e o balanço das famílias que já aderiram ao processo também foram pauta de debate da reunião, que contou com a participação de representantes dos bancos do Brasil (BB) e do Nordeste, responsáveis pela operacionalização das renegociações.

Para o gerente de Crédito Fundiário do BB, João Alaor Santana da Silva, a renegociação avançou bastante com a prorrogação dos prazos. "Esperamos que agora mais beneficiários possam consolidar o processo", destacou.

Jovens

Outra importante proposta apresentada no encontro - apresentada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI) -, foi a de capacitação de jovens agricultores para aquisição de imóveis rurais pelo PNCF. Por meio de formação por alternância, o curso proposto busca auxiliar o beneficiário do Crédito fundiário a tornar-se um profissional da agricultura, construindo um projeto de vida rentável a partir da conquista da terra.

"Nós acreditamos que a formação é a melhor forma de garantir a sucessão e a consolidação na agricultura familiar", disse o coordenador do projeto, o professor Luiz Pedro Hillesheim.

O Comitê

O Comitê do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário foi criado pela Resolução nº 34, de dezembro de 2003, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Entre as atribuições do comitê estão a análise de propostas que promovam o acesso à terra; a aprovação dos manuais de operação do PNCF; o acompanhamento e monitoramento dos programas financiados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária e o acompanhamento das avaliações de desempenho e de impacto desses programas.

O grupo é formado por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e do Planejamento, além de membros dos movimentos de trabalhadores rurais – Contag, Fetraf/Brasil e Pastoral da Juventude Rural (PJR)- e de entidades parceiras do PNCF.

Chamada pública vai beneficiar três mil familiares do Crédito Fundiário no RS – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2014

Com o objetivo de auxiliar três mil famílias de beneficiários do Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) no Rio Grande do Sul, foi lançada nesta quarta-feira (14), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Chamada Pública de Sustentabilidade do PNCF para o estado. A ação destina um investimento total de aproximadamente R\$ 12 milhões.

A chamada prevê a seleção de entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que irão assessorar os agricultores (as) do PNCF, com projetos contratados a partir de 2013. A iniciativa visa dar suporte ao planejamento e execução das atividades individuais e coletivas nas propriedades, a fim de se alcançar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável, com aumento de renda e qualidade de vida.

De acordo com o secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, a Chamada serve como projeto piloto, um modelo que pode permitir futuramente a gratuidade da Ater para o Crédito Fundiário.

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o PNCF está em 21 estados e já atendeu mais de 138 mil famílias, sendo mil destas só no Rio Grande do Sul.

Um pouco mais sobre o Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do Governo Federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. Funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.

Pronaf auxilia agricultores a consolidar empreendimentos familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2014

A cada ano, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destaca-se por ser a política de crédito do Governo Federal que mais recebe recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para o período de 2014/2015, a iniciativa contará com R\$ 24,1 bilhões para as operações de custeio e investimento, o maior volume da história do programa. Lançada na próxima segunda-feira (26), em Brasília (DF), a ação é conhecida pelos produtores do campo por oferecer linhas de créditos que priorizam a estruturação dos empreendimentos familiares, com condições de pagamento diferenciadas do mercado.

Os benefícios chamam a atenção de milhares de agricultores familiares que desejam qualificar a organização produtiva de seus empreendimentos, como no caso de Edvaldo Firmino de Almeida. Proprietário de um sítio de, aproximadamente, quatro hectares no povoado Riachão, em Junqueiro (AL), o produtor recorreu duas vezes ao Pronaf para expandir a produção de mandioca cultivada pela família.

O primeiro investimento foi realizado há dez anos. “Decidi financiar por causa da dificuldade que tive nesse ano. Estava com a área para plantar, mas não tinha condição. E me perguntei ‘E agora? Estou com o terreno, mas como vou trabalhar?’”

O agricultor conta que, antes de firmar acordo com o banco, ponderou qual alternativa seria mais favorável à família. “Trabalhar para terceiros não compensava. Por outro lado, se pegasse o financiamento, iria trabalhar e investir no que era meu. Aí, pronto”, lembra.

A produção de Edvaldo é comercializada por meio da Cooperativa Agropecuária do Campo Grande (Cooperagro), com sede em Campo Grande, município vizinho de Junqueiro. O agricultor fala com orgulho que ele, a esposa e o filho de nove anos vivem com a renda que é gerada no sítio da família. "Tem anos que vendo para lá [para a cooperativa] e estou achando bom", reconhece o produtor, que também cultiva feijão, milho e amendoim.

Quando Edvaldo reestruturou sua propriedade pela primeira vez, com recursos do Pronaf, era o segundo ano do programa que já fazia parte das ações do Plano Safra da Agricultura Familiar. De lá para cá, a iniciativa obteve um crescimento superior a 400%.

O aumento no recurso é proporcional à demanda do setor. Na safra de 2012/2013, por exemplo, o montante de crédito rural contratado pelo Pronaf superou a marca dos R\$ 19,2 bilhões, com mais de 2,2 milhões de contratos efetivados. Pela primeira vez, o valor efetivamente contratado ultrapassou o valor disponibilizado inicialmente pela União, que foi de R\$ 18 bilhões, para financiar as operações de custeio e investimento.

Já nos dez primeiros meses do Plano Safra vigente para o ano agrícola 2013/2014, os produtores familiares aplicaram um total de R\$ 18,6 bilhões. Nesse período, Edvaldo acessou novamente o Pronaf. Assim como na primeira vez, o financiamento possibilitou melhorias na produção de mandioca. "Se o agricultor planejar, colocar na roça e trabalhar direitinho, não dá prejuízo. Os juros do Pronaf são baixos. Você sempre tem o retorno", conclui Edvaldo.

O crescimento no volume de crédito ofertado pelo programa será mantido para a próxima safra. Outra novidade será a permanência das taxas de juros já praticadas, que não serão reajustadas pelo Governo Federal de uma safra para outra. "No ano em que o mundo comemora o Ano Internacional da Agricultura Familiar, o Brasil, que hoje é um país de referência em políticas para a agricultura familiar, continua ampliando o volume de recursos, mantendo taxas de juros negativas e criando linhas com rebate para o público da reforma agrária, para o público que se encontra na faixa de pobreza, mostra toda a dedicação do governo brasileiro para o fortalecimento da agricultura familiar", adianta o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

Crédito para agricultura familiar será 14,7% maior na safra 2014/2015 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/05/2014

Os agricultores familiares terão disponíveis R\$ 24,1 bilhões em crédito no ano-safra 2014/2015, um aumento de 14,7% em relação ao total disponibilizado na safra atual. O montante está previsto no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos Para o Brasil -, anunciado hoje pelo governo federal.

Os produtores rurais da região do Semiárido nordestino terão uma linha de crédito especial no valor de R\$ 4,6 bilhões para o ano-safra que tem início em 1º de julho. O Plano de Safra do Semiárido terá juros menores que os aplicados nas demais regiões do

país, tal como pleiteou a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como forma de ajudar na recuperação da atividade agropecuária na região fortemente castigada pela seca nos dois últimos anos, incentivando a produção .

Durante a cerimônia para anúncio do plano, a presidente Dilma Rousseff assinou decreto que institui a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). O órgão vai coordenar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que, no Plano Safra 2014/2015, terá R\$ 1,1 bilhão para execução dos serviços.

Os recursos que financiarão esses serviços serão provenientes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Pesca e Aquicultura; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Integração Nacional. O próximo passo para o funcionamento da agência é a eleição do quadro diretivo, que será escolhido e nomeado pela Presidência da República, segundo o MDA.

Além da oferta de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a reformulação do seguro agrícola é uma das novidades do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. A partir de janeiro de 2015, o seguro vai segurar até 80% da receita. O limite deverá passar de R\$ 7 mil para R\$ 20 mil, informou o MDA.

Destaque também para as políticas para inserção de assentados no sistema de produção, a criação de nova linha de crédito que contempla atividades regionais e a garantia de apoio a sistemas agroecológicos. A agricultura agroflorestal no Centro-Oeste, Norte e Nordeste contará com crédito individual de R\$ 3,3 mil para os agricultores que aceitarem a orientação técnica do governo para produzir.

Governo Federal lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/05/2014

“Este Plano Safra completa 12 anos e nós temos muito que comemorar. A agricultura familiar é importante no País. Se você não vive dela, como dizem, você depende dela. E reafirmamos hoje o nosso compromisso com esse setor, percebendo o tamanho e a dimensão desse compromisso como estratégico e essencial para o Brasil”, afirmou a presidenta Dilma Rousseff no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Com um volume recorde de crédito disponibilizado – R\$ 24,1 bilhões, o novo plano para o setor, que passa a valer a partir de 1º de julho deste ano, inova com mais uma linha de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: o Pronaf Produção Orientada, voltada para a produção sustentável de alimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. O objetivo é garantir assistência técnica financiada pelo crédito.

“Nos últimos anos, a renda do povo brasileiro cresceu e com isso aumentou o consumo e a necessidade da produção de alimentos. O salário mínimo teve um aumento real de 70% e, hoje, se compra mais de duas cestas básicas, praticamente o dobro. O que

buscamos, com essas medidas que divulgamos, aqui, é aumentar a produção de alimentos para o povo brasileiro. Nós queremos garantir a renda dos agricultores e queremos que com este aumento de produção possamos contribuir para a estabilidade de preços aos consumidores”, ressaltou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Ao mesmo tempo em que o Pronaf ganhou mais recursos na safra 2014/2015, o Governo Federal manteve as condições e as taxas de juros praticados na safra passada. Rossetto salientou, ainda, a contratação do crédito pela agricultura familiar nos últimos anos.

“Em 5.460 municípios do Brasil, 98% têm produtores que contratam o Pronaf e essa é uma grande conquista para os agricultores familiares brasileiros. Isso foi possível graças aos avanços das políticas de apoio à agricultura familiar que foram construídos ao longo desses doze anos”, destacou.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, comemorou as medidas anunciadas. “Esse é o maior plano safra da história do País que vai gerar não só a produção de alimentos, mas o desenvolvimento do rural”, disse.

Mais Modernização

Outro destaque do Plano Safra 2014/2015 é o estímulo na modernização das propriedades rurais. Segundo a presidenta Dilma Rousseff, estão previstos, para esta safra, R\$ 12 bilhões do Pronaf Investimento, com juros entre 0,5% a 2%. “Queremos que os agricultores familiares tenham acesso às melhores condições possíveis para investir, para adquirir máquinas e equipamentos que melhorem a produtividade de suas propriedades gerando mais empregos e renda”, atentou.

O investimento em máquinas e equipamentos agrícolas passou, nos últimos 12 anos, de R\$ 80 milhões para R\$ 4,5 bilhões. O Mais Alimentos financiou, nas últimas seis safras, 47 mil veículos de transporte de carga, 75 mil tratores e 1,4 mil colheitadeiras.

Plano Safra Semiárido

Nesta segunda-feira (26), foram anunciadas, ainda, novas medidas do segundo Plano Safra Semiárido. “O Governo Federal tem desenvolvido importantes iniciativas para melhorar a capacidade de convivência para o Semiárido. São ações importantes para segurança hídrica, acesso ao crédito e garantia de produção”, realçou o ministro.

PI: Incra e parceiros discutem renegociação dos débitos do Pronaf – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/05/2014

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, através da Resolução nº 4.298, de 30 de dezembro de 2013, novas condições para que os agricultores familiares assentados possam liquidar ou renegociar seus débitos com o Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (Pronaf) nos grupos A e A/C. Para mobilizar os agricultores familiares assentados que se enquadram na Resolução, a Superintendência Regional do Incra no Piauí (Incra/PI) realizou, nesta quinta-feira (22), uma reunião para esclarecer as condições para a liquidação ou renegociação das operações de crédito do Pronaf A e A/C e traçou estratégias e procedimentos para a mobilização dos agricultores. Participaram do evento representantes do Banco do Brasil, Fetraf, Emater e do Ministério da Pesca.

“Temos uma relação, enviada pelos Banco do Nordeste e Banco do Brasil, de cerca de três mil agricultores assentados que podem ser atendidos pela Resolução. Iremos repassá-la aos representantes de movimentos sociais para que nos auxiliem na divulgação e mobilização dessas famílias”, destacou a servidora do Incra/PI Cláudia César.

De acordo com a Resolução, só serão beneficiados os agricultores familiares assentados que contrataram o Pronaf A e A/C até o ano de 2010, e que estejam inadimplentes até dezembro de 2013, e que não estejam com os débitos inscritos em Dívida Ativa da União.

O prazo final para que o agricultor assentado manifeste, junto ao banco, o interesse em renegociar é 30 de junho de 2014, e o banco tem até o dia 20 de novembro desse ano para a formalização, ou seja, para celebrar um novo contrato do que foi renegociado.

“O agricultor que receber o bônus para renegociar ou liquidar a sua dívida, por meio dessa Resolução, não ficará com nenhuma restrição em seu cadastro junto ao banco”, explicou o representante do Banco do Brasil, Alberto Araújo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa